

**Exa. Sra. Presidente,
Sras. E Srs. Deputados,
Exo. Presidente do Governo
Sras. E srs. Membros do Governo**

No início desta nova Legislatura, começo naturalmente por saudar as senhoras e os senhores Deputados, nas pessoas da Sra. Presidente e restante Mesa, bem como todos os órgãos que a compõem e já auto-instalados; uma saudação especial dirijo igualmente ao Sr. Presidente e restantes membros do Governo, desejando a todos os maiores sucessos na nobre tarefa de servir.

A autonomia e a democracia cumpriram-se uma vez mais, através da festa democrática que foi a última eleição. Dentro de toda a normalidade e civismo. No integral cumprimento das regras democráticas e da ética republicana. O Governo, uma vez mais, absteve-se de ter agenda pública durante a campanha eleitoral. A administração continuou ocupada nas suas tarefas de despacho normal, acompanhamento dos procedimentos administrativos, receção, leitura e encaminhamento de cartas, ofícios e mails, como aliás ainda ontem nos lembrava o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Na altura certa, seguindo o processualismo próprio, o povo decidiu, renovando de forma expressiva e inequívoca a confiança no Partido Socialista, para mais um ciclo democrático de governação dos Açores.

E vai daí... cá estamos! Nos lugares e posições que o povo soberano a cada um conferiu; com o peso relativo que a cada qual decidiu dar. Lembrar esta verdade elementar é só e apenas um óbvio exercício de humildade democrática, que prometemos não esquecer, aliás no cumprimento do escrupuloso dever do mandato que nos foi outorgado.

Estamos a discutir, dentro das regras e praxes democráticas, o Programa que o Governo nos propõe. É com certeza um momento de grande simbolismo democrático, que sinaliza o primado parlamentar, derivado da sua legitimidade democrática direta, e que permitirá ao Governo a assunção da plenitude dos seus poderes.

Mas é também, política e substantivamente um exercício fácil, sobretudo quando, como é o caso, o Governo coerentemente propõe exatamente aquilo que foi o seu manifesto de governo, atempadamente apresentado aos açorianos e, neste caso, por eles direta e expressivamente legitimado.

É assim pois, natural e lógico, que essa proposta de governo traduza os compromissos eleitorais do PS para com os Açores e a Autonomia, a serem prosseguidos pelos dois órgãos de Governo

próprio, e que obrigam desde logo a maioria parlamentar diretamente eleita e o Governo por si suportado.

Daí que a concreta previsão de medidas de reforço e aperfeiçoamento institucional da Autonomia sejam o início do cumprimento de um compromisso assumido, concretizado, debatido e legitimado, quer no Partido Socialista e nos seus órgãos, quer entre os açorianos e as instituições da sociedade civil. Em coerência e como corolário de um percurso anunciado e amplamente debatido, dentro e fora desta Casa, concretizado na Moção Global do último Congresso do PS-Açores, e pelo menos em mais duas moções sectoriais; e ainda parte integrante do manifesto eleitoral e dos compromissos a efetivar, segundo um processo que queremos aberto, participado, consensual porque compromissório.

Agora, feitos este percurso e dada essa legitimação, julgamos ser tempo deste Parlamento ser a sede adequada para cumprir esta magna tarefa da reforma da Autonomia. Num processo que deve desde logo nascer direito e corporizando, ele próprio, os princípios da abertura, da inclusão, do compromisso, do consenso e da propositura de boa-fé.

Só a sua mais ampla legitimação permitirá vencer os muitos obstáculos que se avizinham, levando a priorizar o consenso e resistir às pequenas tentações dos pequenos protagonismos, inclusive dos pequenos. Mais preocupados, todos, com o resultado e os Açores, do que com o mandato ou o Partido;

lembrando e sendo dignos do caminho de gradual aperfeiçoamento e aprofundamento da Autonomia que, juntos, já fizemos – inclusive a respeito de alguns perversos efeitos do empolado número de eleitores.

Sras e Srs. Deputados:

O Parlamento é plural e diverso, e a conflitualidade democrática é um bem inestimável, que certamente não deixaremos gostosamente, de cultivar e de exercitar.

Mas também, já demos todos provas, sempre que necessário, que sabemos igualmente construir e intervalar os consensos necessários, a respeito das questões do regime e dos grandes princípios. O aperfeiçoamento da nossa Autonomia, visando sobretudo mais participação dos açorianos no exercício do poder que é seu, merece bem, de todos nós, um interregno de unanimidade...

Vai merecer, com certeza!

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 18 de novembro de 2016.

O Deputado: FRANCISCO COELHO